



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º119 DE 2025

“Institui a promoção da acessibilidade sensorial e a criação de espaços de descompressão em eventos públicos e privados no Município de Itanhaém, e dá outras providências.”

Art. 1º. Fica instituída a criação de espaços de descompressão ou salas sensoriais, destinados a promover o acolhimento e o atendimento de pessoas com deficiências sensoriais em eventos públicos ou privados, realizados no Município de Itanhaém.

Parágrafo único. O Município apoiará, no âmbito de suas atribuições, as ações voltadas à adaptação de ambientes sensoriais em eventos, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal) e da igualdade (art. 5º, caput, da Constituição Federal), bem como com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Lei nº 12.764/2012.

Art. 2º. Esses espaços deverão garantir condições de acolhimento inclusivo, promovendo bem-estar, conforto e segurança aos participantes, observando as normas de acessibilidade vigentes, e que poderão

Fone/Fax (13) 3421-4450

Rua João Mariano Ferreira, 229 – Vila São Paulo – CEP 11740-000 – Itanhaém - SP



Câmara Municipal da Estância Balneária de Itanhaém

ESTADO DE SÃO PAULO

contar com funcionário ou voluntário capacitado para acompanhamento e apoio, assegurando a participação plena de todos.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala “Dom Idílio José Soares”, 16 de outubro de 2025.

Daniel Machado
Vereador

Fone/Fax (13) 3421-4450

Rua João Mariano Ferreira, 229 – Vila São Paulo – CEP 11740-000 – Itanhaém - SP



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo consolidar, no âmbito municipal, a promoção da acessibilidade e inclusão sensorial em eventos, respeitando os limites constitucionais de iniciativa legislativa. A Constituição Federal protege expressamente a dignidade da pessoa humana e a igualdade de todos perante a lei (arts. 1º, III e 5º), conferindo especial proteção a grupos vulneráveis. Nesse contexto, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) determina que o poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades culturais, esportivas e recreativas, assegurando acessibilidade nos locais de eventos.

O Município de Itanhaém tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, da CF) e para suplementar a legislação federal e estadual (art. 30, II). A acessibilidade é matéria de interesse coletivo que afeta diretamente a cidadania, não havendo ofensa ao pacto federativo ao dispor sobre inclusão em eventos no âmbito local. O Supremo Tribunal Federal já reconheceu que medidas municipais voltadas a garantir direitos sociais fundamentais, como o direito à acessibilidade, podem ser aprovadas por iniciativa parlamentar sem violar a separação dos poderes (RE 1542739/PR).

Fone/Fax (13) 3421-4450

Rua João Mariano Ferreira, 229 – Vila São Paulo – CEP 11740-000 – Itanhaém - SP



Câmara Municipal da Estância Balneária de Itanhaém

ESTADO DE SÃO PAULO

A jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo segue a mesma linha, reconhecendo que leis municipais que objetivam efetivar o direito constitucional de acessibilidade são legítimas, não violam a separação de poderes e podem ser propostas por iniciativa legislativa, desde que não criem despesas sem fonte ou obriguem a reorganização de órgãos públicos.

Dessa forma, o projeto estabelece diretrizes claras para a criação e utilização de espaços de descompressão ou salas sensoriais em eventos, promovendo bem-estar, conforto, segurança e participação plena de pessoas com deficiências sensoriais. Ao mesmo tempo, preserva a discricionariedade do Poder Executivo quanto à implementação, capacitação de servidores e gestão orçamentária, garantindo que as medidas sejam adotadas conforme disponibilidade financeira e dentro da estrutura administrativa existente.

Em síntese, esta iniciativa harmoniza o mandamento constitucional de inclusão (dignidade, igualdade e acessibilidade) com as limitações formais do processo legislativo municipal. Fundamenta-se nas exigências do Estatuto da Pessoa com Deficiência e em precedentes do STF e do TJSP que validam leis municipais de promoção da acessibilidade. Ao instituir orientações e incentivos para ambientes adaptados em eventos, o Município de Itanhaém reforça sua responsabilidade social, garantindo maior efetividade às políticas públicas de inclusão sensorial, sem criar obrigações ilegítimas ou onerar indevidamente o orçamento público.

Fone/Fax (13) 3421-4450

Rua João Mariano Ferreira, 229 – Vila São Paulo – CEP 11740-000 – Itanhaém - SP



Câmara Municipal da Estância Balneária de Itanhaém

ESTADO DE SÃO PAULO

Sala “Dom Idílio José Soares”, 16 de outubro de 2025.

**Daniel Machado
Vereador**

Fone/Fax (13) 3421-4450

Rua João Mariano Ferreira, 229 – Vila São Paulo – CEP 11740-000 – Itanhaém - SP

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 370037003700320036003A005000

Assinado eletronicamente por **DANIEL COLAÇO MACHADO** em 16/10/2025 14:51

Checksum: **454E1863B50C3D058B93BF90F46F72B4D4C3B828C6EF89DCFCA44AF13E68DF0E**